

DOS DISCURSOS DE ÓDIO E DE XENOFOBIA ÀS AÇÕES DE ACOLHIMENTO LINGÜÍSTICO IMPLEMENTADAS POR UNIVERSIDADES DE RORAIMA

FROM HATE SPEECH AND XENOPHOBIA TO LINGUISTIC WELCOMING ACTIONS IMPLEMENTED

BY UNIVERSITIES IN RORAIMA

Marcus Vinícius da Silva¹

Cora Elena Gonzalo Zambrano²

Alan Ricardo Costa³

RESUMO

Tendo em vista o crescente movimento migratório de cidadãos venezuelanos para o estado de Roraima, o qual vem se intensificando desde 2015, este artigo tem como objetivo analisar os discursos de ódio e de xenofobia que materializam procedimentos de violação dos direitos humanitários e linguísticos, perpetuados, sobretudo, pelo funcionamento do dispositivo colonial que remonta ao sistema de colonização linguística no Brasil (Neves; Gregolin, 2021). O referencial teórico adotado é da Análise do Discurso, com contribuições de Michel Foucault, em diálogo com a área de Linguística Aplicada Indisciplinar e Transgressiva (Moita Lopes, 2006), bem como com o campo de estudos de Políticas e Direitos Linguísticos (Abreu, 2022; Castelano Rodrigues, 2018). O método utilizado nesta pesquisa é arqueogenealógico (Foucault, 2006), que compreende que o discurso está submetido a uma certa ordem discursiva, pois existe um domínio do que é dito e de como é dito, sendo subordinado aos processos históricos do discurso. Para tanto, nossa análise concentra-se nas discursividades de comentários de notícias das páginas UOL sobre migração de venezuelanos para o estado roraimense, para posterior apresentação de ações de acolhimento implementadas pela Universidade Estadual de Roraima (UERR) e pela Universidade Federal de Roraima (UFRR), com vistas à conscientização e à recepção humanitária e linguística. Os resultados das ações apontam para um movimento de desconstrução de estereótipos relacionados à língua e à cultura dos cidadãos venezuelanos, bem como para a valorização do estado roraimense como um território multi/plurilingue.

PALAVRAS-CHAVE: Discursos de ódio e de xenofobia. Acolhimento linguístico e humanitário. Migração de crise.

ABSTRACT

The migratory flow of Venezuelans to the Brazilian state of Roraima has intensified since 2015. This has led to an increase in hate speech and xenophobia being reported in the media. This article aims to analyze the online comment sections of these media reports, as they provide examples of violations of humanitarian and linguistic rights. The perpetuation of these violations dates to the establishment of the system of linguistic colonization in Brazil (Neves; Gregolin, 2021). The theoretical framework is provided by Discourse Analysis, with contributions from Michel Foucault, in dialogue with Indisciplinary and Transgressive Applied Linguistics (Moita Lopes, 2006), as well as Linguistic Policies and Rights (Abreu, 2022; Castelano Rodrigues, 2018). This research

¹ Universidade Federal de Roraima (UFRR), marcus.silva@ufr.br, <https://orcid.org/0000-0003-3907-3277>.

² Universidade Estadual de Roraima (UERR), coragonzalo@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0001-7617-2704>.

³ Universidade Federal de Roraima (UFRR), alan.costa@ufr.br, <https://orcid.org/0000-0001-8132-6202>.

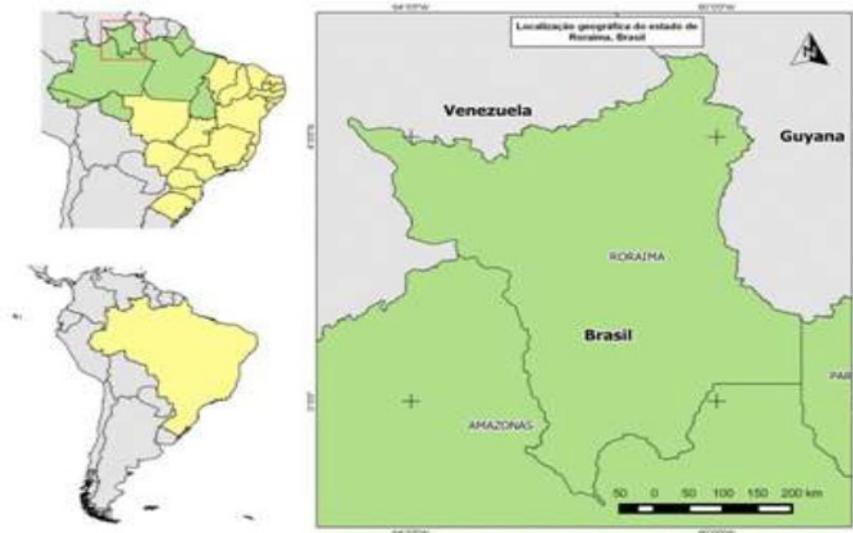
employs the arqueo-genealogical method of understanding discourse as being subjected to a certain discursive order, since control of what is said and how it is said is subordinate to historical processes (Foucault, 2006). To achieve our goal, our study analyzed comments on news articles regarding Venezuelans' migration to Roraima, specifically those on the UOL news website. Finally, we discuss the acceptance initiatives implemented by the State University of Roraima (UERR) and the Federal University of Roraima (UFRR). The results of said initiatives demonstrate a stereotype deconstruction movement related to the Venezuelan language and culture, as well as the appreciation of Roraima as a multi/plurilingual state.

KEYWORDS: Hate speeches and xenophobia. Linguistic and humanitarian welcoming. Migratory crisis.

1. Introdução

Roraima é o estado mais setentrional do país, pois está localizado no extremo Norte do território brasileiro e apresenta como uma de suas características principais a diversidade cultural e linguística, potencializada por sua tríplice fronteira (com Venezuela e Guiana Inglesa) e pelos fluxos migratórios ali efetivados, conforme podemos constatar na figura 1 de localização geopolítica do estado com suas duas fronteiras internacionais:

Figura 1: Localização geopolítica do estado de Roraima



Fonte: MMA/Funai, 2015.

A partir da análise da Figura 1, é perceptível que o estado roraimense constitui um cenário local de pluri/multilinguismo, conformado não somente pelo português e pelo espanhol, mas também pela língua brasileira de sinais (Libras), pelas línguas de sinais de países vizinhos (como a LSV, língua de sinais venezuelana), pelas línguas orais de países próximos (como o francês, língua oficial da Guiana Francesa) e pelas línguas indígenas que se fazem presentes: wapichana, macuxi e taurepang, entre muitas outras⁴.

⁴ Cabe registrar, ainda, com base em Araújo e Bentes (2018), a presença da Língua de Sinais Indígena Macuxi (LSIM) e da Língua de Sinais Yanomami (LSY), ambas situadas na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, e de outras línguas de sinais emergentes.

Dos discursos de ódio e de xenofobia às ações de acolhimento linguístico implementadas por universidades de Roraima

Por tal diversidade, não é raro que a região receba a alcunha popular de “caldeirão linguístico” (Lavareda; Neves, 2019). Engana-se, contudo, quem concebe esse cenário de múltiplos contatos linguísticos como um contexto pacífico, de interculturalidade profícua e de potencialização mútua das línguas. Como em outros locais, a preservação das culturas e línguas indígenas, por exemplo, não se dá separada das complexas questões de demarcação de terras e de combate às práticas de garimpo ilegal (Aleixo; Lima; Aureliano, 2020). Já a visibilidade e o espaço político da Libras, por sua vez, segue sendo uma pauta constantemente reivindicada pela comunidade surda roraimense (Araújo; Bentes, 2018), mesmo após 20 anos da efetivação da Lei nº 10.436/2002, a “Lei da Libras”.

O caso maior de conflito linguístico em Roraima, entretanto, parece-nos aquele subjacente ao crescente movimento migratório de cidadãos venezuelanos para o estado, que vem se intensificando desde 2015 e cujo ápice ocorreu entre 2017 e 2018. Dados oficiais do Governo Federal do Brasil apontam que, até setembro de 2021, mais de 260.000 venezuelanos solicitaram refúgio ou residência temporária no país desde 2017, e a maior parte desse grupo tinha como destino a capital Boa Vista. Há de se considerar, também, os muitos casos extraoficiais e/ou não devidamente documentados.

Esse *boom* migratório de venezuelanos, acentuado em razão da crise política, econômica e humanitária de seu país de origem, resultou em certa sobrecarga nos serviços públicos, instauração de abrigos precários e distribuições imprecisas de recursos à população. Nesse processo, tensões e conflitos de múltiplas ordens se instauraram, reverberando em casos de xenofobia, de ódio e de preconceito, de discriminação e de agressões, verbais e físicas (e.g. Milesi; Coury; Rovey, 2018; Zambrano, 2020; 2021).

Passados alguns anos do apogeu migratório venezuelano, e considerando as políticas públicas e os projetos de ações de acolhimento linguístico e humanitário implementadas por instituições educacionais, principalmente as Instituições de Ensino Superior (IES) de Roraima, cabe analisar o contexto atual. Partimos do pressuposto de que é fundamental uma análise das perspectivas e crenças que ainda circulam no âmbito social quanto aos venezuelanos em Roraima; e, para tanto, a Análise do Discurso (AD) mostra-se um instrumento teórico-metodológico potente, no sentido de possibilitar um mais profundo entendimento dos discursos sobre esse público, em específico, e das atuais ações de acolhimento efetivadas por IES do estado roraimense, como a Universidade Estadual de Roraima (UERR) e a Universidade Federal de Roraima (UFRR).

Haja vista todo o exposto, no presente artigo temos como objetivo analisar os discursos de ódio e de xenofobia que materializam procedimentos de violação dos direitos humanitários e linguísticos, perpetuados, sobretudo, pelo dispositivo colonial que remonta ao sistema de colonização linguística no Brasil (Neves; Gregolin, 2021).

Sendo assim, entendemos que questões de colonialidade estão (ou deveriam estar) no centro do debate sobre respeito à diversidade cultural e acolhimento de comunidades linguísticas vulneráveis/minorizadas, tais quais os venezuelanos em situação de refúgio⁵. Para dar conta de nosso objetivo

⁵ Embora nosso escopo de pesquisa seja o estado de Roraima no presente, cumpre registrar que o dispositivo colonial que

de pesquisa, recorreremos às perspectivas teóricas da AD, com contribuições de Michel Foucault, em diálogo com a área de Linguística Aplicada Indisciplinar e Transgressiva (Moita Lopes, 2006), bem como com o campo de estudos de Políticas e Direitos Linguísticos (Abreu, 2022; Castelan Rodrigues, 2018).

No que concerne aos procedimentos metodológicos, adotamos neste estudo o método de pesquisa arqueogenealógico⁶ (Foucault, 2006), que compreende o discurso como submetido a uma certa ordem discursiva, pois existe um domínio do que é dito e de como é dito, sendo subordinado aos processos históricos do discurso. Nesse viés, nossa análise concentra-se primeiramente nas discursividades de comentários de notícias das páginas UOL sobre migração de venezuelanos para o estado de Roraima. Posteriormente, debruçamo-nos sobre as ações de acolhimento linguístico implementadas pela UERR e pela UFRR com vistas à conscientização plurilinguística e à recepção humanitária, entendendo que, quando vinculadas a uma perspectiva de educação crítica e libertadora, tais ações contribuem tanto para a superação de lógicas coloniais quanto para a superação da violação a direitos humanos-linguísticos de grupos minorizados e/ou marginalizados.

2. Entre a Análise do Discurso e a Linguística Aplicada: diálogos possíveis

Nesta seção, tratamos dos dois construtos teóricos sobre os quais nos ancoramos neste estudo: a Análise do Discurso (AD), com contribuições de Michel Foucault, e a Linguística Aplicada (LA). A justificativa maior para essa inscrição teórica diz respeito ao caráter decolonial, transgressivo e crítico dessas duas áreas, pois ambas se caracterizaram por proporcionar um movimento teórico-analítico que transcende o nível da fragmentação e da disciplinaridade do conhecimento.

A LA, caracterizada inicialmente como um campo de estudo de métodos e abordagens de ensino de línguas adicionais (à época, concebidas como “línguas estrangeiras”), a partir das décadas de 40 (nos EUA) e de 60 (no Brasil), logo se consolidou como campo de pesquisas sobre linguagem como prática social (Paiva; Silva; Gomes, 2009). Isso deu-se sobretudo a partir dos anos 80, com o amadurecimento da área para além das questões da sala de aula de línguas adicionais e de métodos e abordagens de L2. Já no século XXI, a publicação da coletânea *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*, organizada por Moita Lopes (2006), impulsiona novos horizontes epistemológicos da área, garantindo seu *status* de ciência pós-moderna, transgressiva, transdisciplinar e decolonial.

age sobre as manifestações linguísticas locais é um fenômeno antigo, conforme registrado no trabalho de Lavaredas e Neves (2019) sobre o território da Província do Grão-Pará, que abarcava o território hoje roraimense. De acordo com os autores, esse dispositivo colonial agia “para fortalecer a instauração de um patrimônio linguístico europeu na Amazônia brasileira” (Lavaredas; Neves, 2019, p. 70).

⁶ Trata-se de uma metodologia materializada nos escritos do filósofo Michel Foucault em seus diferentes projetos teórico-intelectuais e que se constitui pela mobilização de diferentes estratégias discursivas utilizadas nas fases arqueológica e genealógica (Gregolin, 2006). Para Gregolin (2015), o método arqueogenealógico nos possibilita “[...] analisar as práticas discursivas para além de sua capacidade de designação e de referenciação, significa, na proposta foucaultiana, reconhecer as articulações que os discursos estabelecem com os poderes na produção de verdades historicamente delimitadas. Significa, portanto, que o laço entre discurso e poder é inextricável e que a análise arqueogenealógica deve enxergar as articulações que se estabelecem entre eles (Gregolin, 2015, p. 09).

A AD, por sua vez, caracteriza-se por uma dupla fundamentação teórica: a de Jean Dubois e a de Michel Pêcheux, ambas retomando ao final dos anos de 1960, panorama de complexas mudanças históricas e sociais ocorridas na França em meados do século XX (Gregolin, 2003). Essa dupla fundação é inaugurada a partir da publicação do texto “*Lexicologia e análise do enunciado*”, escrito por Jean Debois, bem como pela publicação do livro “*Analyse Automatique du Discours*” de Michel Pêcheux, que coloca em realce os elementos que foram deixados em suspenso por Saussure, tais como: questões atravessadas pela História, pelo Sujeito e pelo Discurso, dando origem a distintas perspectivas teóricas dos estudos discursivos no Brasil, tal como conhecemos hoje (Mello, 2020).

No presente texto, destacamos dois aspectos mais notórios em que LA e AD se aproximam, conforme apontado anteriormente. O primeiro deles é o caráter transdisciplinar dessas áreas. Para Nicolescu (1999), o saber disciplinar tem sido a base da educação nos últimos séculos, algo que se sustenta desde os trabalhos de Galileu e Descartes⁷. Esse pilar da ciência moderna, entretanto, mostra-se cada vez menos sólido frente à transdisciplinaridade, um dos pilares essenciais do pensamento pós-moderno do século XXI.

A transdisciplinaridade na LA, segundo Leffa (2006), só é relativamente possível se, e quando, acompanhada de uma reforma do pensamento que passe pela religação dos saberes e inclua um movimento de legitimação de saberes ditos marginais e uma discussão sobre ética. Para tanto, é fundamental fazer um movimento “do problema para a teoria”, e não no sentido oposto, como normalmente tem sido feito. Para o autor, a visão transdisciplinar de ciência inclui a alteridade: “à medida que construo meu conhecimento considerando a visão do outro, e inclui também o alternativo, no sentido de algo independente das tendências dominantes” (Leffa, 2006, p. 48), havendo ganho de conhecimento quando conseguimos unir em vez de separar, tese que trazemos, neste caso, para o contexto de migração e refúgio em Roraima.

Na AD, a transdisciplinaridade ocorre desde o surgimento da teoria, pois trata-se de uma tentativa de deslocamento e de ruptura do corte saussureano entre língua/fala/discurso, o que permite uma revisão epistêmica do objeto de estudo da Linguística, tal como defendida no *Curso de Linguística Geral* (Mello, 2020). Assim, a AD configura-se como área de pesquisa baseada na transdisciplinariedade e que se ancora na chamada “Linguística do Discurso”, propondo uma relação intrínseca entre a Linguística e outros campos do saber.

O segundo ponto em comum entre a LA e a AD é o viés decolonial subjacente às pesquisas nessas áreas e que tem se amplificado no século XXI, visto que diferentes pesquisadores latino-americanos

⁷ Elucidamos que não coadunamos com críticas anacrônicas (e, nesse viés, injustas) tecidas contra esses dois pensadores, bem como contra muitos outros. Estamos cientes de que o conhecimento científico postulado a partir do pensamento disciplinar foi condição que possibilitou o progresso do conhecimento à época e a cunhagem de modelos analíticos de ciência, viabilizando a análise de elementos constitutivos separados, concebidos em sinergia com o pensamento disciplinar e com o dito “paradigma cartesiano”. Estamos de acordo com algumas ressalvas registradas em Paiva e Corrêa (2016), Costa (2021) e Leffa (2006), quanto ao método de Descartes, por exemplo, que foi uma proposta para sua própria tarefa de busca de conhecimento, sem a pretensão de ensinar um método a ser seguido por todos. Nossa crítica, portanto, foca na disciplinarização excessiva do saber, que se mostra prejudicial para a educação atual.

têm problematizado questões de cunho histórico e social que, até então, já haviam sido resolvidas no âmbito do campo de pensamento das Ciências Sociais. Trazemos para o debate, para ilustrar essa aproximação profícua, dois estudos recentes, que contribuem com nossa pesquisa.

O primeiro é o trabalho da doutora Flávia Lisbôa (2019), intitulado “*Lingua como linha de força do dispositivo colonial: os Gavião entre a aldeia e a universidade*”, filiado à AD, com contribuições de Michel Foucault, bem como articulado com a LA. No referido trabalho, a autora problematiza o papel da língua/linguagem nas práticas sociodiscursivas da universidade como instituição que materializa as normatividades hegemônicas do dispositivo colonial, para a permanência de alunos indígenas.

O segundo trabalho, de autoria de Welton Lavareda (2021), intitulado “*O governo da língua na Cabanagem: (des)encontros coloniais na Amazônia*”, também se ancora na articulação entre AD e LA. O autor reflete as variadas estratégias de governamentalidade instauradas no processo de colonização linguística no Brasil, sobretudo, durante o período da Cabanagem, que favorecem a materialização de um patrimônio linguístico europeu na Amazônia, envolvendo uma série de conflitos linguísticos.

Portanto, a inscrição teórica deste texto insere-se no entrelugar teórico da AD e da LA, entendendo essa articulação como um espaço de diálogos, de confrontos, de deslocamentos e de ressignificações que são benéficas para pensar distintos problemas que envolvem as práticas de linguagem na sociedade, tendo em vista que ambas as áreas possuem um caráter inter/transdisciplinar de constituição no âmbito dos estudos da linguagem.

Nesse viés, essa articulação epistemológica não deve ser compreendida meramente como uma “aplicação” dos conceitos discursivos aos trabalhos desenvolvidos no interior da LA, mas sim numa junção teórica potente, transgressiva e decolonial que é “capaz de compreender e problematizar os discursos e/ou (inter)ações que constituem os processos de ensino-aprendizagem de línguas” que se materializam no seio social, impulsionando, sobretudo, o combate à violação de direitos linguísticos e humanitários fundamentais (Brito; Guilherme, 2013, p. 26).

3. Políticas e Direitos Linguísticos para comunidades minorizadas

Nesta seção, nos debruçamos, de maneira objetiva, sobre o campo das políticas e dos direitos linguísticos, enfatizando a necessidade de promover novas políticas linguísticas voltadas ao plurilinguismo e ao respeito e à valorização de grupos minorizados, como os migrantes de crise em Roraima.

A modo de conceitualização, a Política Linguística, de acordo com Rajagopalan (2013, p. 21), “é a arte de conduzir as reflexões em torno de línguas específicas, com o intuito de conduzir ações concretas de interesse público relativo à(s) língua(s) que importam para o povo de uma nação, de um estado ou ainda, de instâncias transnacionais maiores”.

Na visão de Maher (2013, p. 119), “políticas linguísticas são objetivos e intervenções que visam afetar de uma maneira ou de outra, os modos como as línguas se constituem”, bem como a maneira

Dos discursos de ódio e de xenofobia às ações de acolhimento linguístico implementadas por universidades de Roraima

como as línguas são usadas e/ou transmitidas. A autora também explica que o estabelecimento de uma política linguística não pode ser considerado um processo neutro e sem conflito, tendo em vista que sempre haverá tensão quando se trata de decisões que podem assegurar ou limitar direitos linguísticos.

Corroboramos a afirmação de Abreu (2022), em relação à contribuição das ciências da linguagem no que tange ao avanço teórico-epistemológico do campo dos Direitos Linguísticos. Autores de áreas como a LA, a AD e a Antropologia Linguística vêm desenvolvendo estudos em prol de uma Teoria do Direito Linguístico. Para Abreu (2022, p. 115):

[...] o Direito Linguístico se associa principalmente aos seguintes objetos de interesse: ao fenômeno do conflito linguístico, à regulação das línguas, das obrigações e direitos linguísticos dos falantes pelos Estados e organismos supranacionais e, por fim, à regulação das línguas pelas próprias comunidades, em especial pelas comunidades minoritárias tradicionais.

Neste estudo, ressaltamos o fenômeno do conflito linguístico associado às relações de poder que podem ocorrer tanto entre indivíduos, de forma isolada, quanto na relação entre indivíduo e coletividade, bem como podem envolver relações entre o indivíduo e/ou a coletividade com o Estado (Abreu, 2022). O autor afirma que os pesquisadores e ativistas do Direito Linguístico devem enfatizar os conflitos intralingüísticos que, com frequência, revelam situações de violência linguística. Conflitos como os registrados em Roraima, com o advento da migração oriunda da Venezuela, que geraram desde violência simbólica até violência física (Aragão; Santi, 2018; Silva, 2023).

Tais conflitos são manifestados por meio de discursos de ódio contra a comunidade de venezuelanos em Roraima. Esse tipo de discurso tende a generalizar o migrante venezuelano como sujeito invasor (Zambrano, 2020; 2021) e fora da lei, sendo, em vários momentos, marginalizado. É nesse viés que concordamos com a expressão *comunidades marginalizadas*, cunhada por Castelano Rodrigues (2018) para referir-se a grupos minorizados e excluídos linguística e socialmente.

Conforme aponta Castelano Rodrigues (2018), o reconhecimento da diversidade linguística e a garantia dos direitos de comunidades marginalizadas surgem, no Brasil, de maneira incipiente, com a Constituição Federal de 1988. No entanto, apenas a partir de 2002 materializa-se juridicamente com a cooficialização de línguas indígenas e línguas de migração em alguns municípios brasileiros. Outro destaque importante é o reconhecimento da importância da Libras no país. Vale destacar que:

[...] as diferentes concepções que o Estado e suas instituições podem ter das línguas produzem efeitos (e políticas) muito diferentes: entender as línguas e os direitos linguísticos enquanto “bem cultural a ser preservado” conduz ao estabelecimento de políticas de preservação e valorização dos “direitos das línguas” [...] Seguindo esse modo de interpretar, as línguas de comunidades marginalizadas (de minorias excluídas) pelo Estado se convertem em “patrimônio imaterial” a ser protegido pelo Estado, ou seja, não são consideradas enquanto saberes de sujeitos e de comunidades (Castelano Rodrigues, 2018).

Desse modo, as políticas de Estado interpretam as línguas como “bens culturais” e não como constitutivas dos seus sujeitos e das suas comunidades. Tal perspectiva valoriza as línguas, e não os

sujeitos que as falam. Concordamos com Castelano Rodrigues (2018) quando destaca a necessidade de democratizar e desmercantilizar a relação dos sujeitos com as línguas por meio da produção de consciência linguística, histórica, social e política. Tal pensamento vai ao encontro da *consciência plurilingue* defendida por Altenhofen (2013) e da *educação do entorno* cunhada por Maher (2007).

Altenhofen (2013) pontua que, em geral, a discriminação associada às línguas de comunidades minorizadas não é inerente à língua em si, mas pode ser resultado de uma situação social que precisa de uma política específica capaz de resolver conflitos e disparidades. Isto é, uma política plural, que promova a inclusão e o respeito, que incentive o plurilinguismo da maioria, fazendo a inversão de valores. Conforme Zambrano (2021, p. 93), “apesar de alguns avanços nas políticas linguísticas brasileiras, ainda há muito a ser feito para garantir os direitos linguísticos dos sujeitos cuja língua materna não é o português e que fazem vida em território brasileiro”.

Políticas linguísticas que vão além de ações pontuais para o ensino de Português como Língua de Acolhimento são necessárias na realidade de migração e fronteira de Roraima. Com efeito, um estado onde é comum escutar a língua espanhola em qualquer lugar, de norte a sul, em diferentes contextos e classes sociais, precisa incentivar a consciência plurilíngue e combater o preconceito linguístico contra os migrantes.

Como argumenta Zambrano (2021), ainda que a língua espanhola seja valorizada internacionalmente, no atual contexto roraimense essa língua tende a ser marginalizada devido aos conflitos gerados com a chegada de grande quantidade de migrantes venezuelanos. Nessa perspectiva, o espanhol pode ser representado por parte da população como *a língua do invasor*, denominação que surge, com frequência, em discursos de ódio e até em comentários dos próprios migrantes (Zambrano, 2021). A seguir, analisaremos os discursos xenofóbicos veiculados no site da UOL.

4. Discursos de ódio e de xenofobia em comentários de notícias UOL

Nesta seção, analisamos um recorte de discursos atuais contidos em comentários de notícias do *site* UOL sobre o processo de deslocamento de cidadãos venezuelanos para o estado de Roraima. Tais discursos têm como pano de fundo complexas relações de saber e poder (Foucault, 2006) que materializam o sentimento de aversão ao outro, ao diferente, principalmente no que toca a sua língua-cultura, contribuindo para a (re)produção de discursos extremamente xenofóbicos, bem como ligados ao ódio ao migrante no Brasil⁸.

De acordo com Castelano Rodrigues (2018), é preciso combater esses discursos intolerantes que colocam o outro em uma posição de submissão, mas também é necessário analisar alguns discursos que se dizem “defensores” dos direitos linguísticos, tendo em vista que:

⁸ Neste estudo, conceituamos os discursos de ódio e de xenofobia como práticas discursivas relacionadas a uma forte raiz cultural de fundo nacionalista, materializadas pelo funcionamento de mecanismos de poder ligados ao processo de colonização, as quais se baseiam em discursos de homogeneização linguístico-cultural da população, não aceitando a ideia de diversidade étnico-linguístico-cultural-racial da população.

Dos discursos de ódio e de xenofobia às ações de acolhimento linguístico implementadas por universidades de Roraima

[...] não podemos importar os discursos que circulam sobre a garantia dos direitos linguísticos, aceitá-los e defendê-los, sem antes compreender as relações de forças que neles se colocam, ou seja, sem ressignificar a própria noção de direitos linguísticos, transformando-a em mais um gesto de resistência (Castelano Rodrigues, 2018, p. 48).

Nesse viés de garantia de direitos, muitos migrantes vivenciam tal resistência na busca pela sobrevivência, pois o ser humano historicamente sempre migrou para diferentes espaços no globo terrestre em decorrência de distintos fatores, principalmente aqueles relacionados a ordens climáticas e sociais, para sobreviver. Esses fatores impulsionaram (e ainda impulsionam) o deslocamento populacional para diversos lugares do mundo, tendo como principais fatores a busca de melhores condições de vida e de trabalho. Nesse sentido, esses movimentos migratórios são frequentes e são responsáveis pela grande diversidade étnica e cultural que caracteriza o mundo contemporâneo hoje (Campos; Rodrigues, 2011).

Os discursos de ódio e de xenofobia ao migrante sempre acompanharam os processos de deslocamento de sujeitos em diferentes tempos e espaços, discursos esses que são tipicamente caracterizados pela aversão ao estrangeiro e que não são temáticas novas no âmbito dos estudos da linguagem, especialmente na área dos estudos do discurso.

Tais discursos apresentam-se socialmente sob inúmeras “justificativas” ao longo da história, entre elas destacam-se: (i) a concepção de ameaça aos empregos nacionais; (ii) o funcionamento da economia do país; (iii) o sentimento de superioridade em relação à nacionalidade do outro; (iv) a intolerância étnico-racial e religiosa; e, sobretudo (v) o sentimento de nacionalismo exacerbado (Ribeiro, 2020).

Com o advento das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), principalmente com a democratização do acesso à internet, observa-se, cada vez mais comum, em sites de notícias e nas redes sociais, a explosão e a propagação de discursos intolerantes relacionados ao outro, disfarçados como ditas formas de “liberdade de expressão” das sociedades modernas. Concordando com essa proposição, Souza e Rebelato (2015) afirmam que os espaços digitais têm sido utilizados como potentes procedimentos de propagação do dispositivo colonial⁹, uma vez que violam direitos humanitários e linguísticos, ferindo não só o direito de quem é alvo desses discursos excludentes, mas de todo um grupo social marginalizado pela sociedade por pertencer a uma outra nacionalidade e ter uma outra língua-cultura, como é o caso dos migrantes venezuelanos no estado de Roraima.

Em uma notícia publicada no ano de 2023, no site de notícias UOL, cujo título é “*Entrada de venezuelanos dispara em RR com mais crianças, idosos e doentes*¹⁰”, é possível compreender e analisar melhor a onda de intolerância que se corporifica, no extremo norte do Brasil, a respeito

⁹ Este dispositivo remonta ao sistema colonial, englobando o poder colonial das metrópoles europeias e a colonialidade, que representa sua atualização, com seus diferentes matizes, prosseguindo nas histórias das sociedades amazônicas e em muitas outras histórias da América Latina (Neves, 2015, p. 31).

¹⁰ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2023/06/13/entrada-de-venezuelanos-por-rr-dispara-com-mais-criancas-idosos-e-doentes.htm>. Acesso em: 29 jun. 2023.

do fluxo de deslocamento de cidadãos venezuelanos que vêm para o país em busca de melhores condições de vida, conforme apontam Ribeiro (2020), Zambrano (2021) e Silva (2023). A notícia em questão traz algumas informações referentes ao aumento de 35% no número de entrada de migrantes venezuelanos em 2023, percentual maior do que todo o último trimestre do ano de 2022, com cerca de 39.369 sujeitos cruzando a fronteira Brasil/Venezuela.

Segundo informações apresentadas pelo veículo comunicacional, tal situação de vulnerabilidade social e econômica desse público oriundo de crise tem gerado muitos problemas e conflitos sociais na cidade fronteiriça de Pacaraima, assim como na capital Boa Vista, do estado de Roraima. A exemplo dessas problemáticas, a notícia destaca: (i) fluxo maior de pessoas vivendo em condições de rua; (ii) aumento de práticas de criminalidade; e (iii) críticas à permanência de migrantes em território nacional.

Logo no título da notícia, é curioso o emprego e o uso de determinadas palavras em um jogo de disputas de poderes que caracteriza o público em deslocamento como vulneráveis que necessitam de ajuda e de maior cuidado do Estado brasileiro. Ao mobilizar e especificar os migrantes como “crianças, idosos e doentes”, a notícia utiliza-se de mecanismos de poder (Foucault, 1979) que buscam materializar determinados efeitos de sentido referentes aos migrantes como “problema a ser enfrentado pelo Estado brasileiro”, haja vista que geram mais ônus aos cofres públicos, conforme relatado ao longo da notícia.

Tais efeitos de sentido aumentam a instalação ou o incentivo à aversão ao venezuelano em condição de vulnerabilidade social e econômica, colocando-o em uma posição de inferioridade e de subalternização. Vejamos algumas sequências discursivas (Courtine, 2009) de comentários dessa notícia para nossa análise:

Sequência discursiva 1

Como escreveu um internauta abaixo. "daqui a pouco vamos ter que sair do nosso território e dar espaço aos venezuelanos." vamos ter que dar nossos bens e nossos empregos aos venezuelanos.

👍 1 | Responder | 🗨️

Na sequência discursiva 1, é perceptível o funcionamento de mecanismos de poder que remontam à colonialidade dos Estados Nacionais (Mignolo, 2018), tendo em vista que os efeitos de sentido instaurados pela manchete da notícia, bem como propriamente exposto no conteúdo da notícia, levam o cidadão brasileiro a concordar com outro comentário discriminatório e a ter medo do migrante venezuelano, medo do migrante “roubar” espaços sociais ocupados por brasileiros, em sua maioria.

Dos discursos de ódio e de xenofobia às ações de acolhimento linguístico implementadas por universidades de Roraima

Essa aversão ao migrante está relacionada, principalmente, ao discurso de nacionalismo exacerbado que reproduz a fobia da perda de espaços de trabalho dos brasileiros, haja vista os discursos frequentes divulgados nas distintas mídias comunicacionais em torno da deficiência econômica do Brasil, bem como da crescente onda de desemprego que se instalou no território desde meados de 2020, com a pandemia do Covid-19.

Na sequência discursiva 2, a seguir, observamos também outro comentário que coloca o fluxo migratório no mesmo patamar de movimentos de “invasão”, no entanto, dessa vez, compara dois processos migratórios de naturezas completamente diferentes: dos argentinos e dos venezuelanos. O comentarista coloca os últimos como sujeitos perigosos à pátria brasileira que ocasionam diferentes problemas nas cidades. Cabe destacar, porém, que essa comparação entre os fluxos migratórios não se estabelece em todos os níveis e os sentidos, visto que os argentinos são considerados sujeitos “pacíficos” e “trabalhadores” que não causam problemas nas cidades brasileiras. Há, portanto, o funcionamento do dispositivo colonial (Neves; Gregolin, 2021) que coloca o migrante argentino em uma condição de superioridade, pois historicamente a colonização da Argentina se deu em sua maioria por europeus brancos e bem-sucedidos, gerando uma representação do cidadão argentino como sujeito europeu, e não latino-americano. Vejamos a sequência discursiva:

Sequência discursiva 2

Além dos venezuelanos também está tendo uma enorme leva de argentinos fugindo da situação econômica na Argentina. É invasão pelo norte e pelo sul, só que os argentinos se espalham pelo país e não criam esses contratemplos em pequenas cidades

👍 1 | Responder | 🗨️

No comentário, estão evidentes os complexos mecanismos de poder (Foucault, 1979) utilizados para instaurar o caos e o medo referentes aos diferentes fluxos de migração. Esse tipo de comentário publicado nos meios de comunicação de massa é responsável, em sua maioria, pela (re)produção de discursos de aversão ao migrante, ao materializar determinadas representações desses sujeitos como “invasores” (Zambrano, 2021), sujeitos que irão roubar conquistas, bens adquiridos e postos de trabalho, contribuindo negativamente para a construção do imaginário do migrante como um invasor e um ladrão no país de deslocamento.

Assim, esses discursos contribuem para perpetuar estereótipos relacionados ao fluxo migratório e materializam não só violações aos direitos humanitário e linguístico, como também violências de caráter simbólico, verbais e, até mesmo, físicas aos sujeitos migrantes (Aragão; Santi, 2018; Silva, 2023).

De acordo com Ferrés (1998), os discursos xenofóbicos e de ódio têm como objetivo central a desinformação da sociedade e, também, a (re)produção de mecanismos de poder que levam representações estereotipadas dos grupos marginalizados do/para o seio social, criando uma ideia de medo e aversão ao outro, ao diferente. Nas palavras do autor, o estereótipo pretende, antes de mais nada,

[...] facilitar uma interpretação cômoda e reconfortante de uma realidade que, geralmente, apresenta-se ameaçadora [...] O estereótipo é um mecanismo de defesa diante da ameaça de uma realidade complexa, ambígua, contraditória. [...] o uso de estereótipos ajuda a reduzir a incerteza. Os estereótipos contribuem para potencializar a sensação de que se tem controle da realidade, de que esta pode ser conhecida, entendida, explicada, dominada (Ferrés, 1998, p. 137).

Já na sequência discursiva 3, percebemos a menção à saúde pública no Brasil, especificamente, no estado roraimense. No entanto, na sequência discursiva é colocada a precariedade do atendimento e a falta de condições estruturais dos sistemas de saúde, aos migrantes venezuelanos, como único fator responsável pela proliferação de doenças, colocando-os no centro da discussão sobre enfermidades no território brasileiro. Vejamos:

Sequência discursiva 3

Nosso país já sofre com a miséria enorme de alguns cidadãos. Aceitar mais miseráveis da Venezuela irá causar mais caos ao nosso serviço social, que já é caótico. Estas pessoas além da miséria, trazem doenças que já não atingiam mais o povo brasileiro. Lembrem-se do sarampo, tuberculose, malária que voltaram com força total na primeira migração deste povo. Que Maduro amadureça e cuide de seu povo!

👍 2 | ⬅ Responder | ✎

Na sequência discursiva 3, é observável o funcionamento de discursos que generalizam o migrante venezuelano na condição de miserável que necessita do apoio estatal brasileiro para sobreviver, pois seu país está imerso em uma grande crise humanitária e econômica que se alastrou por todo o território. Para tentar justificar o discurso xenofóbico, o comentarista evidencia que no Brasil já existem muitos cidadãos brasileiros em condições de pobreza extrema, sendo considerados miseráveis e que, mesmo sendo sujeitos nacionais, o governo ainda não conseguiu dar assistência social adequada para essa parcela da população; logo, nessa perspectiva, seria inadequado acolher migrantes que chegam ao país em busca de melhores condições de vida e que não são nem “brasileiros”.

No comentário, há a corporificação de relações de saber-poder que colocam o brasileiro como superior ao venezuelano, tendo em vista que estamos em solo nacional e que os cidadãos brasileiros já erradicaram determinadas doenças que atingem o país vizinho. Aliado a isso, é possível identificar também o discurso de que o migrante é responsável por causar e propagar doenças que são ditas erradicadas no Brasil, sendo culpados pelo aumento de casos de “sarampo, tuberculose, malária¹¹”. Algumas enfermidades realmente têm se intensificado no cenário nacional nos últimos anos, mas

¹¹ Cabe lembrar que a malária não é uma doença transmissível por seres humanos. Trata-se de uma doença parasitária transmitida por meio de mosquitos e para a qual não existe vacina. Assim, não pode ser atribuída ao processo migratório e aos migrantes venezuelanos. Tal discurso demonstra o desconhecimento de informações básicas de saúde e materializa o ódio e o preconceito contra o outro.

Dos discursos de ódio e de xenofobia às ações de acolhimento linguístico implementadas por universidades de Roraima

devido à baixa adesão vacinal da população brasileira, e não por causa das ondas migratórias, como é ressaltado no comentário.

Sendo assim, o discurso de culpabilização do migrante pela volta das doenças “erradicadas” evidencia distintas relações de poder, bem como materializa a ideologia dominante das classes sociais mais elitizadas, as quais exercem o poder por meio de representações da sua própria realidade, reafirmando determinados mecanismos de poder perpetuados pelo dispositivo de colonização. Como exemplo disso, podem-se citar alguns discursos coloniais que circulam na sociedade, tais como: que os latinos têm a cor suja, pois são mestiços, ou ainda, que os colonizadores e conquistadores são melhores que os indígenas, como justificativas para dizimação desses povos no território, entre outros.

Corroborando essas postulações, Chauí (1981) nos relembra que “a ideologia é o processo pelo qual as ideias da classe dominante se tornam ideias de todas as classes sociais, se tornam ideias dominantes” (Chauí, 1981, p. 92), tendo a imprensa como principal mecanismo de (re)produção de poder, que corporifica a “vontade de verdade” da elite social, como também perpetua em larga escala essa “verdade” no meio social. Nas palavras da teórica, a ideologia:

[...] não tem história, mas fabrica histórias imaginárias que nada mais são do que uma forma de legitimar a dominação da classe dominante, compreende-se por que a história ideológica (aquela que aprendemos na escola e nos livros) seja sempre uma história narrada do ponto de vista do vencedor ou dos poderosos. Não possuímos a história dos escravos, nem a dos servos, nem a dos trabalhadores vencidos – não só suas ações não são registradas pelo historiador, mas os dominantes também não permitem que restem vestígios (documentos, monumentos) dessa história. Por isso os dominados aparecem nos textos dos historiadores sempre a partir do modo como eram vistos e compreendidos pelos próprios vencedores (Chauí, 1981, p. 124).

Portanto, por meio de discursos xenofóbicos e de ódio contra o migrante, contra o outro e sua língua-cultura, temos a (re)produção de estereótipos ligados aos processos migratórios e à manutenção de representações, que são calcadas em intensos e complexos mecanismos de poder que buscam justificar a “posição de superioridade”. Ademais, esses mecanismos de poder operam para a conservação dessa posição em relação ao outro, mascarando a verdade por meio dos sistemas de comunicação em massa, que estão sob domínio e controle.

Nesse sentido, as universidades públicas do estado roraimense, UERR e UFRR, têm enfrentado esse sistema colonial por meio do desenvolvimento de ações que buscam a conscientização da população no que tange aos discursos mentirosos e falaciosos contra migrantes venezuelanos, de modo a implementar ações humanitárias de acolhimento linguístico que buscam a valorização do outro, assim como da sua(s) língua(s) e cultura(s), em prol da manutenção de direitos humanos e linguísticos, fundamentais para a vida em sociedade. A seguir, detalharemos algumas dessas ações que têm em vista a conscientização de práticas de plurilinguismo constitutivas do estado roraimense.

5. Ações de acolhimento linguístico: em busca da conscientização plurilíngue

Nesta seção, apresentamos um levantamento realizado em duas universidades públicas de Roraima,

a UFRR e a UERR, quanto aos projetos de ensino, pesquisa e extensão (hoje em dia concebidos no viés da indissociabilidade) que contribuem para perspectivas e epistemologias mais críticas, libertadoras e humanizadoras, sobretudo na direção da oposição aos discursos de ódio e xenofobia.

Nesse viés de pensamento, entendemos que (1) a educação tem papel importante na transformação social e, nesse sentido, as universidades são privilegiadas no que concerne à possibilidade de ações variadas; e (2) no Brasil, ações de políticas linguísticas voltadas ao público migrante, em geral, são difusas e escassas, conforme apontam Bizon e Camargo (2018). Para tais autores, a maioria das ações nesse contexto parte da sociedade civil, não sendo propriamente ditas “políticas oficiais”, pensadas e desenvolvidas pelo Estado brasileiro (Bizon; Camargo, 2018). Nesse caso, uma vez mais, as universidades ocupam papel importante, impulsionando possíveis ações sociais de fomento ao pensamento crítico e à conscientização plurilíngue¹².

Para apresentar os projetos da UERR e da UFRR, resgatamos do Pensamento Complexo (Paiva; Corrêa, 2016; Costa, 2021), amplamente mobilizado nas pesquisas em LA hoje, dois conceitos teóricos que ilustram o potencial transformador de ações de ensino, pesquisa e extensão, a saber: (1) “condições iniciais” e (2) “efeito borboleta”. À luz da Complexidade, a emergência de um sistema complexo dá-se em razão de condições iniciais, que podem ser elementos, variáveis ou fatores de múltiplas ordens, e que impulsionam um sistema em sua evolução, podendo reverberar em um “efeito borboleta” (Leffa, 2006). Este, por sua vez, é um conceito que serve de metáfora potente para ilustrar como um pequeno detalhe pode alterar drasticamente todo um ecossistema ao seu redor, ou como uma ínfima alteração do percurso de uma ação pode reverberar em uma série de outros eventos imprevisíveis e caóticos. Mobilizamos tais conceitos para ilustrar as formas como cada uma das ações a seguir – descritas de forma não exaustiva – pode ser condição inicial para a transformação social no que concerne à construção de uma sociedade mais justa, bem como ser ilustrado enquanto “efeito borboleta” de algo que, embora pequeno e singelo, pode tomar grandes proporções na busca pela garantia de direitos e políticas linguísticas essenciais para comunidades linguísticas marginalizadas historicamente, como é o caso dos migrantes de crise.

Começamos por algumas ações desenvolvidas na/a partir da UERR, a saber: (1) Cursos de Português como Língua Adicional/Acolhimento para os migrantes; (2) Curso de Espanhol em Contexto Escolar para professores de Roraima e (3) Cursos de Espanhol para a comunidade geral e para fins específicos (voltado para servidores públicos de assistência social).

Na UERR são ofertados, de forma regular e gratuitamente, cursos de Português como Língua Adicional (PLA), com o objetivo de contribuir com a aprendizagem formal dos migrantes adultos que chegam diariamente ao estado e precisam se integrar ao mercado de trabalho, como também a

¹² Vale destacar também que, conforme registrado em Zambrano (2020; 2021) sobre o cenário linguístico roraimense, o contexto de ausência de políticas linguísticas oficiais é uma realidade, uma vez que Igrejas, pastorais, organizações não governamentais, bem como alguns professores de escolas públicas ou de universidades, têm assumido esse importante papel de agentes de políticas linguísticas para a promoção do acolhimento ao migrante. Por sua vez, tais agentes têm desenvolvido, de forma autônoma, variadas ações e/ou projetos que visam o acolhimento humanitário e linguístico dos migrantes venezuelanos em Roraima.

Dos discursos de ódio e de xenofobia às ações de acolhimento linguístico implementadas por universidades de Roraima

alguns que querem dar continuidade aos estudos e precisam desenvolver habilidades ligadas à escrita e à oralidade. Nesse sentido, já foi ofertado um curso específico de Produção Textual para migrantes, entretanto, o foco principal são os cursos que contemplam todas as habilidades linguísticas e seguem a abordagem comunicativa e intercultural.

Além do tradicional ensino de PLA, a UERR tem desenvolvido projetos de extensão que promovem o acolhimento linguístico em perspectiva plurilíngue, seguindo a noção de educação do entorno (MAHER, 2007). Um exemplo foi o curso de *Espanhol em Contexto Escolar*, oferecido a professores de qualquer área do conhecimento, desde que atuassem na Educação Básica. Como apontado em Zambrano (2021), as escolas públicas roraimenses atendem muitos estudantes migrantes, em algumas instituições esse público pode representar até 80% das matrículas. A proposta era que os docentes tivessem noções básicas de língua espanhola, principalmente, do vocabulário utilizado no dia a dia das escolas. Porém, o curso não se limitou às estruturas linguísticas, partiu de debates teóricos acerca de acolhimento, interculturalidade e práticas translíngues que pudessem se relacionar com a prática pedagógica dos profissionais da educação. Conforme Zambrano e Reinoldes (2021), essa ação foi uma política linguística em perspectiva decolonial, capaz de respeitar e visibilizar os direitos linguísticos de sujeitos historicamente marginalizados

Seguindo o mesmo viés, a UERR passou a oferecer cursos regulares de língua espanhola para a população em geral. A grande demanda é de profissionais das áreas da saúde, da educação e de atendimento ao público. No ato da inscrição, a maioria dos cursistas justifica o interesse pelo aprendizado do espanhol devido à necessidade de comunicação mais efetiva com os migrantes que vivem em Roraima.

Com essa perspectiva de acolhimento linguístico que não se limita ao ensino de língua portuguesa, outros projetos estão surgindo, como o curso de espanhol para fins específicos de atendimento ao público, voltado para servidores da Secretaria de Trabalho e Bem-Estar Social do Estado de Roraima. A UERR recebe a demanda desses funcionários públicos que atendem diariamente pessoas que não têm o português como língua materna, como os migrantes e os surdos. Por isso, o projeto de Extensão *Ensino de Línguas Adicionais*, coordenado por professores do curso de Letras, ofertará, a partir de agosto de 2023, aulas de espanhol e de Libras, exclusivas para os servidores da área de assistência social.

Ainda no contexto de surdez, por meio do Projeto *Ensino de Línguas Adicionais*, a UERR vai iniciar um curso de PLA para surdos, tanto brasileiros quanto venezuelanos. Como citado em Zambrano (2021), há em Roraima uma quantidade representativa de surdos de origem venezuelana, usuários da língua de sinais venezuelana que, além da Libras, almejam aprender a língua portuguesa em sua modalidade escrita.

Passamos agora para ações implementadas ou efetivadas na/a partir da UFRR, tais quais: (1) o programa MiSordo; (2) o programa Idiomas sem Fronteiras (IsF); e (3) os cursos de redação para refugiados e imigrantes.

O Programa de Pesquisa e Extensão MiSordo (Migrante Surdo), criado em maio de 2020 na UFRR (n° 47092020/PRAE/UFRR), tem contribuído em situações de interpretação e tradução em diversos âmbitos sociais (Bentes; Araújo, 2020), tanto no par Libras–Português como no par Espanhol (oral e escrito)–LSV.

Inicialmente as demandas se concentravam na regularização de documentos, já que a maioria dos surdos não entendiam a diferença entre refúgio e residência e muitos entravam no país como residentes, sem saber da importância do refúgio para assegurar, dentre outras coisas, não serem deportados caso o país de origem solicite seu retorno. O MiSordo também informava sobre como e onde solicitar documentos como CPF, RG e carteira de trabalho. Sempre a partir das demandas da própria comunidade migrante. O Programa MiSordo se ocupou então de diversas frentes, tais como o acesso à informação para obtenção de auxílios do governo, acesso à saúde e às informações sobre a pandemia do novo coronavírus. Para apoiar a inserção laboral dos surdos em Roraima, o Programa MiSordo os encaminhou, por meio de parcerias, para o exame de audiometria e laudo médico. Em suma, o Programa acolhe o migrante surdo e realiza desde a tradução do seu currículo para o português até o acompanhamento em consultas e entrevistas (Bentes; Araújo, 2020, p. 62).

A maioria das ações do MiSordo é realizada por acadêmicos do curso de bacharelado em Letras Libras da UFRR (bolsistas, voluntários e/ou colaboradores), mas estudantes de outros cursos também podem contribuir. Alguns dos resultados mais importantes do programa têm sido justamente o de proporcionar aos participantes subsídios para a luta política contra a invisibilização das comunidades surdas no cenário da migração internacional, principalmente surdos venezuelanos. O MiSordo tem sido efetivo na promoção do debate de “questões das políticas tradutórias, linguísticas e de acesso aos direitos humanos” (Bentes; Araújo, 2020, p. 65), e servido como base para ações outras, tais quais o curso de PLA para surdos no âmbito do Projeto *Ensino de Línguas Adicionais*, da UERR.

Por sua vez, o IsF foi desenvolvido em 2012 pelo Ministério da Educação (MEC), em parceria com a CAPES, e vinculado à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) em 2019 para continuidade do programa, tendo em vista o desejo do então governo federal de encerrá-lo. De modo geral, o programa visa à formação inicial e continuada de professores de idiomas para atuarem em processos de internacionalização e contribuir com o enriquecimento do ensino e da aprendizagem de línguas e com o desenvolvimento de uma política linguística para o país.

Na UFRR, o IsF contempla o ensino de Inglês, Espanhol e Português Língua Estrangeira¹³ (PLE), estes dois últimos contendo em seus respectivos catálogos de cursos ações no viés das línguas de acolhimento, tais quais: (i) Espanhol para Acolhimento (carga-horária: 32 horas, nível QCE:A1-B1) e (ii) Acolhimento em Português Brasileiro: conhecendo os espaços da universidade (carga-horária: 48 horas; nível QCE: A1). Conforme nossos estudos preliminares, o IsF tem contribuído significativamente na formação docente ao propiciar interação entre os acadêmicos dos cursos de licenciatura em Letras

¹³ Estamos cientes das distinções teóricas existentes entre os conceitos de “língua adicional” e “língua estrangeira”, e optamos pelo primeiro no que concerne às questões de políticas linguísticas na atualidade. Neste trecho, entretanto, vamos manter a terminologia empregada pelo Programa IsF.

Dos discursos de ódio e de xenofobia às ações de acolhimento linguístico implementadas por universidades de Roraima

que atuam como professores-bolsistas e os aprendizes. A contribuição maior se dá na oportunidade de conhecimento teórico-prático quanto ao ensino de línguas no viés da interculturalidade, fundamental na educação linguística contemporânea.

Finalmente, cabe mencionar a primeira edição do projeto “Curso de Redação em Língua Portuguesa para Refugiados e Imigrantes”¹⁴, realizado em 2019. No referido ano, foram ofertadas três turmas, em diferentes dias da semana e horários, visando contemplar parcela significativa da população. Os cursos aconteceram em novembro de 2019 e contaram com carga horária de 30 horas.

Nos anos seguintes, o projeto “Redactum”¹⁵ assumiu esse objetivo de ensino de português para fins específicos (redação), a partir de aulas ministradas por acadêmicos dos cursos de licenciatura em Letras da UFRR, mas com aulas remotas em razão da pandemia de Covid-19. Nas primeiras edições do Redactum, notou-se certa ausência de alunos migrantes e refugiados, sobretudo venezuelanos, talvez por não se sentirem suficientemente aptos à participação nas aulas em português e à produção textual em língua portuguesa. Por tal razão, neste ano de 2023, o curso de redação Redactum está sendo organizado para iniciar no segundo semestre letivo com cotas específicas para migrantes e refugiados.

Cada uma dessas ações, brevemente apresentadas, conta com suas próprias características, formas de execução, público-alvo e especificidades. Apesar de suas notórias diferenças, há um elemento aglutinador em comum: o papel e a importância do curso para os envolvidos na desconstrução de estereótipos relacionados à língua e à cultura do outro. São ações que, repetimos, em uma epistemologia complexa, contam com a conscientização plurilíngue e a educação crítica como “condições iniciais” para uma sociedade mais fortemente balizada pelo acolhimento linguístico e pelo respeito ao outro, rompendo gradualmente com a lógica dos discursos de ódio e xenofobia.

Considerações finais

Considerando tanto o movimento migratório de cidadãos venezuelanos em Roraima quanto a necessidade de maior visibilidade para identidades de comunidades linguísticas vulneráveis e/ou minorizadas no Brasil, o presente estudo, de caráter qualitativo e analítico, teve como objetivo geral evidenciar as ações de acolhimento linguístico e humanitário que têm sido desenvolvidas por universidades públicas do estado roraimense, para desconstruir estereótipos relacionados às diferentes línguas e culturas que circulam nesse espaço multi/plurilíngue.

A partir do método arqueogenalógico, e com o respaldo teórico da Análise do Discurso, com contribuições de Foucault, em diálogo com a área de Linguística Aplicada Indisciplinar e Transgressiva, que abarca variados estudos de Políticas Linguísticas na atualidade, analisamos os discursos de ódio e de xenofobia que se caracterizam como formas de violação dos direitos humanitários e linguísticos

¹⁴ Uma iniciativa do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da UFRR, sob a coordenação e orientação da profa. Dra. Martha Julia Martins.

¹⁵ Projeto de extensão vinculado ao Laboratório Imprimatur (LABIM), sob coordenação e orientação do prof. Dr. Alan Ricardo Costa. O foco do projeto Redactum é na preparação para a redação do Vestibular UFRR e do ENEM.

fundamentais, perpetuados, sobretudo, pelo dispositivo colonial, que ainda é uma triste realidade no Brasil.

No que concerne à análise discursiva, nos concentramos em comentários de notícias atuais das páginas UOL sobre migração de venezuelanos para o estado roraimense. Constatamos, a partir da referida análise, que os discursos xenofóbicos, preconceituosos e conservadores, e até mesmo de ódio, continuam sendo produzidos e publicados em canais de comunicação em massa, mesmo após o *boom* da migração venezuelana e após mudanças sociais drásticas, como aquelas resultantes da pandemia de Covid-19.

Em reação ao pensamento preconceituoso e xenofóbico que ainda encontra eco em determinados espaços sociais, é possível constatar que existem ações de acolhimento implementadas por instituições educacionais, sobretudo pelas universidades públicas. Tais instituições, fundamentais no trabalho de conscientização e recepção humanitária/linguística, efetivam projetos importantes para a desconstrução de estereótipos relacionados à língua e à cultura dos cidadãos venezuelanos, bem como para a valorização do estado roraimense como um território multi/plurilíngue.

A partir do breve panorama apresentado de projetos, entendemos que a UERR e a UFRR estão aumentando as ações de políticas linguísticas em perspectiva plurilíngue (Altenhofen, 2013) e decolonial (Zambrano; Reinoldes, 2021) para contribuir com o desenvolvimento do estado no que tange ao respeito aos direitos linguísticos das comunidades marginalizadas (Castelano Rodrigues, 2018). Em uma perspectiva complexa, acreditamos que tais ações podem servir como condição inicial para um “efeito borboleta”, ou “efeito dominó”, pois são projetos que poderão transformar realidades sociais a partir das pessoas envolvidas, sobretudo no que diz respeito ao combate à desinformação e à xenofobia, constantemente disseminadas por meio de discursos de ódio em Roraima.

Referências

ABREU, Ricardo Nascimento. Direito linguístico. In: MATOS, D. C. V. S.; SOUSA, C. M. C. L. L. (org.) *Suleando conceitos e linguagens: decolonialidades e epistemologias outras*. 1. ed. – Campinas, SP: Pontes Editores, 2022. pp. 111-122.

ALEIXO, Eriki; LIMA, Ariene dos Santos; AURELIANO, Ivo Cípio Aureliano. Mortes, invasões e garimpo em terras indígenas no estado de Roraima: entre mobilizações étnicas e conflitos sociais. *Vukkápanavo: revista Terena*, n. 3, pp. 13-36, nov. 2020.

ALTENHOFEN, Cléo Vilson. Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, C.; et al. (org.) *Política e políticas linguísticas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013. pp. 93-116.

ARAGÃO, Tainá; SANTI, Vilso Júnior. Somos Migrantes: o uso das redes sociais na produção midiática alternativa sobre a migração venezuelana em Roraima. *Aturá, Revista PanAmazônica de Comunicação*, v. 2, n. 1, pp. 136-156. 2018. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/atura/article/view/4627>. Acesso em: 11 jun. 2023.

Dos discursos de ódio e de xenofobia às ações de acolhimento linguístico implementadas por universidades de Roraima

ARAÚJO, Paulo Jeferson Pilar; BENTES, Thaisy. Contatos linguísticos e bilinguismo uni e bimodal entre a Libras e a LSV em Roraima. *Letra Magna (Online)*, v. 14, pp. 585-597, 2018.

BENTES, Thaisy; ARAÚJO, Paulo Jeferson Pilar. Migração e refugiados surdos em Roraima: experiências do Programa de Extensão MiSordo. *Revista Limiares: migração vista pelo Sul*, edição especial, pp. 104-108, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/grigs/revista-limiares-edicao-especial-2020/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

BRITO, Cristiane Carvalho de Paula; GUILHERME, Maria de Fátima Fonseca. Linguística Aplicada e Análise do Discurso: possíveis entrelaçamentos para a constituição de uma epistemologia. *Cadernos Discursivos*, Catalão-GO, v.1, n. 1, pp. 17-40, ago./dez. 2013.

CAMPOS, Luciene Lemos de; RODRIGUES, Luciano. Migrantes e migrações: entre a história e a literatura. Albuquerque: *Revista de História*, Campo Grande, MS, v. 3, n. 5, pp. 33-49, jan./jun. 2011.

CASTELANO RODRIGUES, Fernanda. A noção de direitos linguísticos no Brasil: entre a democracia e o fascismo. *Língua e Instrumentos Linguísticos*, v. 42, pp. 33-56, 2018.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *O que é ideologia*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

COSTA, Alan Ricardo. *Contribuições para uma cartografia complexa da ontoepistemogênese: autonarrativas e formação docente na Educação a Distância*. 2021. 189f. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade de Santa Cruz do Sul - RS, 2021.

COURTINE, Jean Jacques. *Análise do Discurso Político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Paulo, SP: EdUFSCar, 2009.

FERRÉS, Joan. *Televisão subliminar: socializando através de Comunicações Despercebidas*. Tradução Ernani Rosa e Beatriz A. Neves. Porto Alegre: Artmed, 1998.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 13. ed. Tradução Laura F. A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GREGOLIN, Maria Rosário. Análise do discurso: lugar de enfrentamentos teóricos. In: FERNANDES, C.; SANTOS, J. B. (org.) *Teorias linguísticas: problemáticas contemporâneas*. Uberlândia: UFU, 2003.

GREGOLIN, Maria Rosário. *Formação discursiva, redes de memória e trajetórias sociais de sentido: mídia e produção de identidades*. Texto apresentado no II Seminário de Análise do Discurso (SEAD), na UFRGS, Porto Alegre, 2005, pp.1-18.

GREGOLIN, Maria Rosário. O dispositivo escolar republicano na paisagem das cidades brasileiras: enunciados, visibilidades, subjetividades. *Revista Moara*, Edição 43, Estudos Linguísticos, 2015, pp. 6-25.

LAVAREDA, Welton; NEVES, Ivânia. Deslocamento linguístico na história do português do Brasil: o processo de transmissão linguística irregular na Cabanagem. *Policromias - Revista de estudo do discurso, imagem e som*, v. 4, pp. 70-89, 2019.

- LAVAREDA, Welton; NEVES, Ivânia. *O governo da língua na Cabanagem: (des)encontros coloniais na Amazônia*. 2021. 182 f. Tese (Doutorado em Letras/Estudos Linguísticos) – Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.
- LEFFA, Vilson. Transdisciplinaridade no ensino de línguas: a perspectiva das Teorias da Complexidade. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, pp. 27-49, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/jF5qwGfgjxrBKM6t8pYqs9s/?lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2023.
- LISBÔA, Flávia Marinho. *Língua como linha de força do dispositivo colonial: os Gavião entre a aldeia e a universidade*. 276f. 2019. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
- MAHER, Terezinha de Jesus Machado. A educação do entorno para a interculturalidade e o plurilinguismo. In: KLEIMAN, A.; CAVALCANTI, M. do C. (org.) *Linguística Aplicada – suas faces e interfaces*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007, pp. 255-270.
- MAHER, Terezinha de Jesus Machado. Ecos de resistência: políticas linguísticas e línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, C.; et al. (org.) *Política e políticas linguísticas*. Campinas, SP: Pontes, 2013, pp. 117-134.
- MELLO, Yuri Araújo de. Análise do Discurso com Michel Foucault: pensar a Semiologia Histórica dentro dos estudos discursivos. *Revista Falange Miúda*, v. 5, 2020, pp. 11-25.
- MIGNOLO, Walter. Eurocentrism and coloniality: the question of de totality of knowledge. In: MIGNOLO, W.; WALSH, C. *On decoloniality: concepts, analytic, praxis*. Durham: Duke University Press, 2018, pp. 194-210.
- MILESI, Rosita; COURRY, Paula; ROVERY, Julia. Migração Venezuelana ao Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual. *Revista Aedos*, [S. l.], v. 10, n. 22, pp. 53-70, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/83376>. Acesso em: 6 jun. 2023.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da. (org.) *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- NEVES, Ivânia. EtniCidades: os 400 anos de Belém e a presença indígena. *Moara*, Belém, v. 43, 2015, pp. 26-44.
- NEVES, Ivânia; GREGOLIN, Maria Rosário. A arqueogenealogia foucaultiana como lente para a análise do governo da língua portuguesa no Brasil: continuidades e rupturas. *Revista Moara*. Edição 58, Jan-Jul, 2021, pp. 1-25.
- NICOLESCU, Basarab. *O manifesto da transdisciplinaridade*. Tradução: Lúcia Pereira de Souza. São Paulo: Triom, 1999.
- PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e; CORRÊA, Ygor. Sistemas Adaptativos Complexos: uma entrevista com Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva. *ReVEL*, v. 14, n. 27, 2016.
- PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e; SILVA, Marina Morena dos; GOMES, Iran Felipe e. Sessenta anos de Linguística Aplicada: de onde viemos e para onde vamos. In: PEREIRA, R. C.; ROCA, P. *Linguística Aplicada: um caminho com diferentes acessos*. São Paulo: Contexto, 2009.

Dos discursos de ódio e de xenofobia às ações de acolhimento linguístico implementadas por universidades de Roraima

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Políticas Linguísticas: do que é que se trata, afinal? In: NICOLAIDES, C.; *et al.* (org.) *Política e políticas linguísticas*. Campinas, SP: Pontes, 2013, pp. 19-42.

RIBEIRO, Jocenilson. Xenofobia e Discurso de Ódio ao Estrangeiro no Espaço de Enunciação da Tríplice Fronteira (Argentina-Brasil-Paraguai). In: LIMA, M. E. O.; FRANÇA, D. X.; FREITAG, R. M. K. (org.) *Processos Psicossociais de Exclusão Social*. São Paulo: Blucher, 2020, pp. 263-292.

SILVA, Marcus Vinícius da. *Dispositivo Colonial e Ensino de Português como Língua de Acolhimento na Universidade Federal de Roraima: entre discursos, saberes e poderes*. Araraquara, SP. Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2023, 269 p.

SOUZA, Elany Almeida; REBELATO, Júlia Marques. Imigrantes no Brasil - discursos de ódio e xenofobia na sociedade da informação: como atribuir uma função social à internet? *Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias*, Minas Gerais, v. 1, n. 2, 2015, pp. 74-97.

ZAMBRANO, Cora Elena Gonzalo. *Acolher entre línguas: representações linguísticas em políticas de acolhimento para migrantes venezuelanos em Roraima*. 2021. 226 p. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2021.

ZAMBRANO, Cora Elena Gonzalo. Español como lengua de migración en Roraima y las nuevas políticas lingüísticas horizontales y verticales. *XI Congresso Brasileiro de Hispanistas. Anais*. Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/72670>. Acesso em: 5 jan. 2021.

ZAMBRANO, Cora Elena Gonzalo; REINOLDES, Marina. Reflexões sobre políticas de línguas e decolonialidade em contexto de migração forçada. In: BIZON, A. C. C.; DINIZ, L. R. A. (org.) *Português como Língua Adicional em uma perspectiva Indisciplinar: pesquisas sobre questões emergentes*. Campinas: Pontes, 2021. p. 195.